

4 SETORES



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA



presente Relatório, referenciado no Plano Anual de Auditoria Interna para exercício de 2025 - PAAI 2025 - aprovado pela Resolução Administrativa nº 08/2024, tem por prioridade proporcionar publicidade e transparência às ações de controle.

Os trabalhos de auditoria foram fundamentados no exame dos principais pontos de controle recomendados pela IN 68/2020 do TCE/ES, tendo como pressupostos a gestão sobre os riscos potenciais; a verificação da conformidade dos processos com a legislação vigente; a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Em grande parte, a metodologia aplicada buscou verificar as conformidades exigidas nas Gestão dos Contratos, da Folha de Pagamentos, do Patrimônio, Tecnologia da Informação (TIC), Cota Parlamentar, Créditos Adicionais, entre outros, tendo como procedimentos de auditoria pesquisas documentais, visitas *in loco*, amostragem, entrevistas.

Os trabalhos foram executados pelo servidor efetivo, mencionado abaixo:

NOME	NOMEAÇÃO	CARGO	FORMAÇÃO
Edmar Lyrio Temporim	Portaria 040/2022	Auditor Legislativo	Ciências Econômicas

2. REFERENCIAIS EXTERNOS

Em medida apropriada, os trabalhos foram desenvolvidos com respeito aos princípios da auditoria pública, baseados nas normas da INTOSAI, TCU e Tribunal de Contas do Estado, as quais incluem: ética, independência, ceticismo e julgamento profissional, controle de qualidade, zelo, avaliação de riscos, e documentação. Acontability e Transparência.

São conceitos consolidados nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP/TCU), enquanto diretrizes que uniformizam e alinham as práticas de auditoria dos Tribunais de Contas (TCs) do Brasil aos padrões internacionais, como as ISSAIs da INTOSAI, atribuindo qualidade, credibilidade e a padronização dos trabalhos de auditoria, fortalecendo o controle e a gestão pública, e garantindo maior confiança da sociedade na fiscalização governamental.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

O processo para avaliar a conformidade e eficiência de um sistema ou processo envolve planejamento, preparação, execução (coleta e análise de evidências), reunião de fechamento (apresentação de resultados) e monitoramento (acompanhamento das ações de melhoria). Os controles agem de forma preventiva (antes), detectiva (durante) e corretiva (após a ocorrência).

Atingimos 100% do planejamento concebido através do PAAI – Plano Anual de Auditoria

Interna para 2025, sendo que cada auditoria foi alicerçada numa Matriz de Planejamento, levando a efeito as questões de auditoria formuladas, as quais constituem os pontos de controle checados junto ao setor auditado, e/ou através das informações disponibilizadas no Portal de Transparência.

Os trabalhos da auditoria interna foram desenvolvidos priorizando o caráter preventivo, buscando elevar a qualidade da gestão e, por consequência, contribuir para melhor gestão dos recursos públicos e os resultados que atendem a expectativa da população.

Destacamos as 09 auditorias realizadas ao longo do ano de 2025, a partir da aprovação do PAAI – Plano Anual de Auditoria:

AUDITORIA	OBJETO	UNIDADE AUDITADA
Atos de Pessoal	Ocupação de Cargos	Secr. Recursos Humanos
Contratos Prestação de Serviços	Gestão sobre Contrato	Secr. Administrativa
Limite Despesas Pessoal	LRF – Limite de Gastos	Secr. Contabilidade
Ouvidoria	Aspectos Operacionais	Setor de Ouvidoria
TIC – Comunicação	Segurança e Processos	Secr. Tecn. da Informação
Dispensa e Inexigib. de Licitação	Conformidades Legais	Secr. de Contratos
Cota Parlamentar	Conformidades Legais	Secr. Contabilidade
Créditos Adicionais	Conformidades Legais	Secr. Contabilidade
Procuradoria	Conformidades Legais	Procuradoria

Os relatórios finais das auditorias estão disponíveis no Portal de Transparência, na aba Controladoria – Auditoria, ou acesso através do link: <https://cmviana-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=56>

3. DESTAQUES PARA ALGUNS ACHADOS

AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES SOBRE
TIC – Comunicação	Planejamento, Comitê Interno, Instrução Normativa, Segurança Integral.
Licitação (Disp/Inexig)	Inconsistência Operacional no texto do contrato (sanada!)
Cota Parlamentar	Indicações reforma itens Resolução Administrativa 04/2025 - CEAP

Não obstante os apontamentos trazidos sob o título de “recomendações” nos relatórios finais, como ensina o Manual de Auditoria Interna propagado pela Controladoria-Geral da União (CGU), o processo de auditoria é estruturado em cinco etapas principais: plane-

jamento, execução, comunicação de resultados, monitoramento e encerramento. A persecução do referido ciclo autentica os trabalhos e evidencia a efetividade em condições de estabelecer melhorias e mais segurança aos processos internos.

4. ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO

Entre as regras indicadas a um profissional de auditoria consta uma combinação de **competências técnicas, habilidades comportamentais**, além de um compromisso inabalável com a **ética e a independência**. São valores que permeiam competência, que requer atualização técnica; compromisso, que impõe cumprir prazos, e cuidado de agir com consciência, dado o impacto de suas ações nas pessoas e na instituição. Isso requer manter-se atualizado em amplo aspecto, como garantia de que o trabalho seja entregue com qualidade, minimizando riscos e prejuízos.

Entidade	Data	Curso	Carga Horária
ENAP*	01/09/2025	Desvendando a Inteligência Artificial na Administração Pública	25 hs
ICL**	10/07/2025	Aplicação de Políticas Públicas	08 hs
ESTUDO DE PESQUISA	01/11/2025	Aplicações de Controle Interno na Gestão Pública – das NBSP/TCU às ISSAI da INTOSAI.	
ESTUDO DE PESQUISA	01/12/2025	Conceitos Aplicados ao Controle Interno: Governança, Integridade e Accountability	

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ICL – Instituto Conhecimento Liberta

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, como o próprio nome sugere, devem se ater à revisão dos processos internos, tendo como fonte basilar, além das legislações aplicadas a cada segmento da administração, as Instruções Normativas emitidas pelos próprios setores internos, com plena vinculação ao cumprimento do princípio da legalidade, enquanto fonte constitucional que regula as atividades aplicadas a cada setor. São esses os parâmetros que orientaram os trabalhos de Auditoria da Câmara, o que, em grande medida, afirma sua atribuição de Controle Interno, buscando zelar pela conformidade dos processos operacionais.

Nesse contexto, podemos certificar que os trabalhos de Auditoria foram realizados em consonância com o que preconiza o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, enquanto órgãos de Controle.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO